



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 193 / MAIO-JUNHO 2019 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 **Onde se coloca a política social nas prioridades do Executivo de Medina?**
- 10 **STML defende os trabalhadores dos Espaços Verdes e Cemitérios**
- 12 **A luta saiu à rua em Março e em Abril**
- 15 **Encontros laborais sobre emprego com qualidade**
- 16 **A aplicação do SIADAP nas Juntas de Freguesia**
- 19 **Não descurar o que se passa no Parlamento Europeu...**
- 20 **Os efeitos das progressões na Função Pública...**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 193 – MAIO-JUNHO 2019

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, José Oliveira, Tiago Lopes e José Campaniço

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Os últimos meses têm sido marcados por um crescendo na luta por melhores salários e mais direitos que legitimamente os trabalhadores portugueses, e da administração pública em particular, reivindicam.

A greve nacional do sector público de 15 de Fevereiro, a manifestação dos trabalhadores das autarquias de 20 de Março, a concentração promovida pela CGTP-IN a 11 de Abril, o grandioso 1.º de Maio, a manifestação nacional de 10 de Maio, demonstram inequivocamente a insatisfação que grassa um pouco por todos os sectores de actividade, perante um Governo que teima em não responder séria e cabalmente aos desejos dos trabalhadores deste país, que é o nosso, a uma vida melhor. Um caminho que deverá ser aprofundado inevitavelmente.

Na Câmara Municipal, sucedem-se os processos de mudança de instalações, sem que a “equipa multidisciplinar”, defendida desde sempre pelo STML e finalmente formalizada pelo Executivo (publicada inclusive em Boletim Municipal), assuma na prática as responsabilidades para a qual foi incumbida. Referimo-nos à gestão e planeamento atempado deste tipo de processos, a cargo dos Recursos Humanos e envolvendo várias orgânicas da autarquia, às quais se associam as organizações representativas dos trabalhadores. Os objectivos são simples, em teoria pelo menos, ou seja, evitar constrangimentos desnecessários junto dos trabalhadores directamente envolvidos nestas realocações, além de defender simultaneamente a qualidade do serviço público municipal que corporizam.

Vários exemplos têm suscitado contestação e alguma perplexidade, de trabalhadores e STML. Desde o processo que envolve a operacionalização do novo Centro Operacional de Remoção (COR), nos Olivais, à tentativa de retirar do Edifício do Campo Grande, o Departamento dos Direitos Sociais, reinstalando esta orgânica no Complexo da Boavista, por sua vez, destino igual para os trabalhadores da Direcção Municipal da Cultura que abandonam o Palácio do Machadinho. Acrescem os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa, tendo num horizonte sombrio o famigerado Alto da Eira. Caberá aos trabalhadores, sempre com o seu Sindicato, pugnar e lutar pelos seus direitos e interesses, que se confundem, claro está, com o direito dos lisboetas a serviços públicos municipais acessíveis e de qualidade.

Nas Juntas de Freguesia, os problemas sobem de tom. Multiplica-se a insatisfação com um sistema de avaliação (siadap), que não foi criado para avaliar, mas simplesmente prejudicar quem supostamente deveria ser avaliado. Ignoram-se as disposições dos prazos e procedimentos legais em termos de marcação de férias e afixação do respectivo mapa. Desprezam-se as deficiências em termos de condições de trabalho, negando o investimento público que tanto defende os trabalhadores e salvaguarda a sua saúde e integridade física, como permite elevar a qualidade do serviço público a prestar. Motivos suficientes para a intervenção do STML, destacando o objectivo que passa pela renegociação e celebração de novos ACEP's com os respectivos Executivos.

Nas Empresas Municipais, destaca-se o desenvolvimento do processo de negociação salarial anual na EGEAC, tendo já os trabalhadores assumido uma posição clara, face à contraproposta do conselho de administração da empresa. Veremos o que nos reservam as próximas semanas. Na GEBALIS, agravam-se os problemas sobre condições de saúde e segurança no trabalho que poderá justificar, a curto prazo, uma intervenção mais incisiva do Sindicato, não excluindo a denúncia junto dos organismos do Estado criados para fiscalizar estas matérias, de importância crescente para o bem-estar dos trabalhadores.

Apesar de termos entrado nos meses quentes do Verão, os problemas com que os trabalhadores são confrontados, continuam por arrefecer.



Mudança para o COR nos Olivais... processo em curso?

Desde Janeiro que os trabalhadores da limpeza urbana/remoção vivem na incerteza, face ao futuro imediato carregado de dúvidas e incompreensões. Na origem deste estado, a transferência para os Olivais, concretamente para o novo Centro Operacional de Remoção (COR).

O STML reuniu, debateu e expressou as suas dúvidas ao Executivo, face a muitas das suas intenções. Apresentou propostas depois de ouvir os trabalhadores, nomeadamente sobre os horários de trabalho, metodologia e respectivos procedimentos implícitos a um processo de mudança inevitavelmente complexo e carente de sensibilidade apurada.

Da parte da autarquia, e da Direcção Municipal em particular, foram tidas em conta algumas das vontades que o Sindicato sustentou em nome dos trabalhadores. Exemplo disso mesmo, e face à intenção inicial na implementação de três novos horários de trabalho, o STML valoriza o recuo nesse caminho. O COR, depois de entrar em funcionamento, manterá os horários actualmente em vigor para os condutores, perspectivando-se o mesmo horário para os cantoneiros, indo de encontro ao defendido pela imensa maioria dos operacionais da Higiene Urbana nos plenários realizados pelo STML.

Contudo, mantêm-se um conjunto de matérias às quais a CML/DMHU urge responder e melhor solucionar. Relembrando os critérios que determinam quem fica nos Postos de Limpeza (serviços moderados, idade avançada, autocondução) e, por exclusão de partes, quem será realocado no COR, percebe-se pelos ecos de trabalhadores descontentes que a prática está longe de corresponder à teoria construída pelos responsáveis municipais. Faltarão questionar quem de facto, está neste momento a gerir este processo, construindo listas nominais com base no

seu julgamento individual, secundarizando supostamente as directrizes decididas e emanadas pelos seus superiores hierárquicos, por sua vez, colocados em cheque face a uma autoridade desrespeitada.

Estará a DMHU em condições de defender o que assumiu com o sindicato e trabalhadores, corrigindo a prática arbitrária que 'alguns' assumem, em detrimento dos critérios (gerais e abstractos) pré-estabelecidos consensualmente?

Outras dúvidas, pela inexistência até agora de respostas concretas, as que se prendem com o transporte e mobilidade dos trabalhadores que irão para os Olivais. Das promessas de estudos céleres e respostas eficazes, ao sindicato ainda não foi recepcionada qualquer informação sobre uma ou outra matéria. Acrescem outros assuntos que só a operacionalização faseada do COR, poderão ter a melhor solução. Referimo-nos à organização das entradas e saídas para os circuitos de remoção e ao formato desses mesmos circuitos.

O Sindicato continuará a acompanhar este processo, reflectindo e decidindo com os trabalhadores os caminhos que melhor servem os seus interesses, defendem os seus direitos e garantem um serviço público de qualidade. É este o compromisso do STML.

Becos sem saída no horizonte?

O STML nunca defendeu caminhos e discursos fáceis só por serem fáceis e agradáveis ao ouvido. O STML nunca apresentou propostas de luta que na prática não conduzem a lugar algum. Pelo contrário, fragilizam, dividem e contribuem para a desunião dos trabalhadores criando falsas esperanças. Para o populismo e demagogia, não contam com o STML!

Onde se coloca a política social nas prioridades do Executivo de Medina?

O STML teve conhecimento da intenção do Executivo em transferir o Departamento dos Direitos Sociais (DDS) do Edifício Municipal do Campo Grande para o Complexo Municipal da Boavista, motivado pela necessidade da CML em instalar cerca de 80 novos trabalhadores (TS de Arquitetura) que irão trabalhar no licenciamento urbanístico.

Por este motivo, o sindicato reuniu com os trabalhadores, onde foram demonstradas várias razões para a manutenção destes serviços na actual localização. Neste plenário, ficou também definido que o STML iria solicitar reuniões ao Executivo, na pessoa do vice-presidente, João Paulo Saraiva, também responsável pelos recursos humanos e finanças e com o vereador responsável pelo pelouro que tutela o DDS, Manuel Grilo.

A 16 de Abril, reuniu-se com o vereador Manuel Grilo. Para além dos dirigentes do STML, estiveram presentes 4 trabalhadores do DDS. Foram transmitidas as reservas apresentadas pelos trabalhadores e pelo sindicato quanto à possibilidade da mudança prevista. Sublinhado também, a consequente erosão nos projectos sociais que esta orgânica tem vindo a implementar e a possível perda de trabalhadores, que por motivos vários poderiam não acompanhar esta mudança. Da parte do vereador, foi afirmado partilhar as reservas e dúvidas dos trabalhadores. Referiu ainda, já ter demonstrado ao Executivo, do qual faz parte, a sua oposição ao processo. Assim sendo, uma vez que a opinião é comum, ficaram as partes de desenvolverem os esforços necessários para que o DDS se mantivesse no Edifício do Campo Grande.

A 17 de Abril, reuniu-se com o vice-presidente. Mais uma vez, além dos dirigentes do sindicato e de um grupo de 4 trabalhadores do DDS, estiveram também presentes os dirigentes da DMRH e responsáveis pela gestão do Edifício do Campo Grande.

Começou-se por demonstrar que as razões da contestação à mudança de instalações, se prendem exclusivamente com o bom funcionamento dos serviços e as vantagens daí resultantes para os munícipes.

Recordou-se o processo de 2006, com a transferência para o Palácio do Machadinho, permanecendo esta orgânica neste local

até 2011. Como consequência irrefutável, a regressão do trabalho desenvolvido, não só na sua qualidade, mas principalmente no número de munícipes atendidos, além das entidades de natureza social com quem a CML trabalha. Com bons olhos, se viu o regresso ao Campo Grande. Foi possível então, para além da articulação e simplificação dos procedimentos com os diversos serviços da CML, criar condições para o acréscimo de projectos sociais executados na cidade. Alcançou-se mais financiamentos comunitários em diversas áreas, como do envelhecimento, da infância e das famílias, da igualdade, das vulnerabilidades, da saúde, da juventude ou dos sem-abrigo.

Outra razão para a manutenção destes serviços no Edifício do Campo Grande, tem a ver com o atendimento prestado por estes trabalhadores. Em contraponto, muitos dos munícipes que recorrem a estes serviços, fragilizados em várias dimensões (económicas, psicossociais, etc.) serão mais facilmente identificados na Boavista, potenciando uma eventual guetização deste local. Também os actuais voluntários que colaboram com o DDS, moradores na área do Campo Grande, já manifestaram a sua indisponibilidade para se deslocarem para outras zonas da cidade. Para além destes motivos, questionamos o Executivo sobre a importância atribuída à área social relativamente ao urbanismo. O vice-presidente, apesar de compreender os argumentos apresentados, afirmou que os motivos que levaram o Executivo a decidir deslocalizar o DDS, foram simplesmente técnicos...

Por insistência do STML, ficou assumido nesta reunião o compromisso da CML em rever os espaços disponíveis no Edifício do Campo Grande, avaliando uma possível reorganização interna. Um trabalho a cargo dos responsáveis do edifício que, em conjunto com os dirigentes do DDS, procurariam soluções que evitassem a saída do DDS deste local.

Tivemos conhecimento, não oficialmente, da inexistência de espaços disponíveis no edifício do Campo Grande, retomando o Executivo a sua ideia inicial, isto é, a mudança para o Complexo da Boavista. No momento em que escrevemos este artigo, está agendado um plenário com os trabalhadores do DDS para avaliar e decidir formas de luta que obriguem a CML a reconsiderar a sua decisão.



Cultura na Boavista só a partir de Junho

Condições de trabalho questionáveis e alguns problemas logísticos continuam a deixar em suspenso a passagem dos serviços da Direcção Municipal de Cultura (DMC) do a para o Complexo da Boavista.

Tudo indicava que, mesmo na última semana de Maio, os serviços da DMC seriam definitivamente instalados no Complexo da Boavista. Porém, segundo apurámos, há atrasos na conclusão das obras e continua a ser uma dor de cabeça a disposição do espaço para os trabalhadores, tendo em conta que as instalações poderão vir a albergar mais serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

Ao mesmo tempo, a direcção parece não ter acautelado prontamente toda a logística imanente à transferência dos serviços. Atrasos na contractualização das empresas de mudanças são apontadas como justificação para o atraso. À hora de fecho da nossa edição, a data precisa para a instalação dos serviços é ainda uma incógnita. Entretanto, começa a ser cada vez mais evidente que o espaço disponível poderá ser insuficiente para instalar com a comodidade mínima todos os trabalhadores da DMC até aqui instalados no Palácio do Machadinho.

Perante este cenário somos forçados a apontar o desrespeito que a actual vereação tem para com os trabalhadores. A Boavista é uma opção muito aceitável para a larga maioria, mas não pode ser encarada como um cheque em branco passado pelos trabalhadores ao director municipal, à vereadora do pelouro e, em última instância, ao presidente da Câmara.

Não só seria exigível uma maior transparência quanto ao prazo de permanência da DMC na Boavista – falaremos mesmo de cerca de dois anos? –, como seria essencial assegurar a todos os trabalhadores da direcção as condições mínimas exigíveis previstas na lei para o seu local de trabalho.

O STML compromete-se a estar particularmente atento a estas situações, em nome de condições condignas para todos os trabalhadores.



Gebalis tem de melhorar na Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho

No seguimento das acções reivindicativas e de diálogo que o STML tem vindo a manter com a Gebalis, estão a ser realizadas visitas no âmbito da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho a todos os locais de trabalho.

Com esta iniciativa, pretende-se conseguir evidenciar os problemas que os trabalhadores enfrentam diariamente nos 26 locais de trabalho e que podem ser impeditivos, ou dificultadores, do cumprimento dos seus objectivos.

Iniciámos a primeira vaga de visitas a instalações que, na perspetiva do STML, carecem de uma intervenção prioritária e urgente ou que, por alteração das circunstâncias de funcionamento, como sucede nos processos de união de Gabinetes, necessitam da intervenção do Sindicato.

O STML apresentou um relatório específico sobre cada local visitado, incluindo uma série de recomendações que devem ser aplicadas na generalidade da empresa, e a cada uma das instalações em causa.

Na sequência do que foi observado pela equipa do Sindicato nas cinco visitas efetuadas, recomendámos, por exemplo, conforme o que está regulamentado, que sejam criadas saídas de emergência em todos os locais e que elas sejam feitas do lado oposto à entrada de serviço e dos munícipes; que seja reservado um espaço, devidamente identificado, apenas para o armazenamento e arrumo de material inflamável e tóxico.

Recomendámos, ainda, a remoção de todos os objectos que estão indevidamente colocados nos corredores e espaços comuns, e que os baldes utilizados para o lixo nas instalações sanitárias tenham mecanismos de abertura que previnam o contacto directo.

Em relação aos atendimentos realizados em local fora da empresa, as condições de trabalho e a segurança do trabalhador também devem ser asseguradas, além de que as situações de postos de trabalho em espaços provisórios devem ser resolvidas de forma célere. Acresce ainda, que os postos de trabalho que funcionam em bairros problemáticos, devem ser deslocados para zonas com níveis menos críticos no que respeita à segurança e protecção dos profissionais.

O STML irá continuar com estas visitas para que, como determina a Lei-Quadro de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a GEBALIS cumpra as normas a que está obrigada. Designadamente a necessidade de organizar a empresa e os seus serviços de forma a garantir condições de trabalho que salvaguardem o bem-estar físico, mental e social dos seus trabalhadores.

Sobre o processo de negociação salarial na EGEAC

Em fins de Março, o Conselho de Administração (CA) da Egeac apresentou uma contraproposta sobre os aumentos salariais para 2019. A referência seria a inflação prevista para este ano, na ordem do 1% a 1,5%.

Perante as disparidades com a proposta avançada pelo STML, subscrita pelos trabalhadores da empresa (4% e 62€), tornou-se lógico e indispensável realizar uma nova ronda de plenários e visitas para auscultar os principais interessados nesta matéria: os trabalhadores obviamente. Demonstrado ficou que a vontade da imensa maioria, aponta os 4% de aumento como reivindicação principal. Será esta a 'mensagem' que o Sindicato irá transmitir e defender na reunião agendada, expectavelmente, para 27 de Maio com o CA da empresa.

Em função da negociação e dos acontecimentos que terão lugar no fim de Maio, avaliaremos oportunamente, sempre com os trabalhadores que o STML representa, os caminhos a seguir e os moldes de eventuais acções sindicais que sejam necessárias assumir em defesa dos direitos e interesses de quem de facto corporiza esta importante empresa municipal.



O “tal” Bombeiro...

Por estes dias discute-se a regulamentação da carreira dos Bombeiros Profissionais. Mas quem está no terreno fica de fora, ou pouco é solicitada a sua opinião, tornando as negociações um pouco aquém do que os profissionais esperam. Rebobinemos um pouco então.

Tocou o alarme, o bombeiro equipa-se rápido, pois tem de sair ao minuto do quartel. Não sabe o que vai encontrar. Deixo aqui alguns dos serviços com que me deparei ao longo de quase 20 anos de trabalho.

O acidente entre viaturas em que a criança de 4 anos saiu projectada e está estendida no chão, com parte da viatura sobre ela, sem sinais vitais e outros pormenores, que não vou mencionar. Olhas para o teu colega, e vês que já não há nada a fazer, mas, mesmo assim, rapidamente se retira o corpo do local, transportando-o ao Hospital, poupando o sofrimento do avô no local...

A velhota do lar, que num incêndio morreu carbonizada sobre a janela, com o braço de fora, não conseguiu fugir... O alarme foi dado tarde demais, e ela deu o seu último suspiro ali, só...

O condutor que vinha descansado na sua viagem, quando um camião passa sobre o carro, literalmente a voar, arrancando-lhe o tejadilho e partindo as costas do banco onde conduzia, espalhando partes do seu corpo sobre o banco traseiro... O bombeiro, no fim, teve de remover tudo.

O incêndio no 1º andar. No 3º, ainda tens uma idosa de bengala, e tiveste que a retirar de lá mesmo com as escadas cheias de fumo. Não sendo possível ver um palmo à frente dos olhos, retiras a tua máscara respiratória e colocas sobre a cara da senhora idosa, pois sabes que ela não vai aguentar o caminho. No decorrer do mesmo, entre trocas de ar, respiras um bom bocado de ar sufocante, e imaginas (é assim que morrem as pessoas por inalação

de fumo). A tua mente fala para ti em segundos, e diz: “calma, continua que vais conseguir, tens os teus filhos em casa à tua espera”. E lá conseguiste salvar a senhora do 3º andar.

Podem ter a certeza que ficaríamos aqui alguns dias a falar das minhas experiências, e outros tantos bombeiros fariam das suas.

Tem de se ter nervos de aço, agir no momento certo, controlar o stress. Sim, stress! Porque esse é constante. Aguentar aquele disparo no coração, quando toca a meio da noite... Mas a mente, e a parte física, desgastam-se ao longo dos anos, deixando com toda a certeza mazelas que serão e são irreversíveis.

No quartel, também fazemos de psicólogos em causa própria! Quando ouvimos que podemos ter que fazer tudo isto por mais 10 anos (?), e sabendo que a esperança média de vida de um Bombeiro é inferior em cerca de 15 anos à da população em geral, ficamos...

Aí já não estão a brincar apenas connosco, mas sim contigo, com todos os que eventualmente tenham a oportunidade de ler este texto. Mais cedo ou mais tarde, vais, vão precisar dos Bombeiros. Porém, se vais encontrá-los em condições ideais para te socorrer, essa será outra história...

Temos todo o direito em sermos considerados uma Profissão de Risco e Desgaste Rápido, porque simplesmente preenchemos todos os requisitos! Ficarmos no socorro depois dos 50 anos é impensável! Quando se falar em assuntos de aposentação dos Bombeiros, não se olhe para o que um ou outro ainda é capaz de fazer, mas sim o que eles todos já fizeram ao longo de anos de serviço!

(texto da autoria de um bombeiro sapador de Lisboa)



Juntas de Freguesia

Têm decorrido reuniões com várias Juntas de Freguesia, em que um dos temas abordados é a renegociação dos Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP). Neste momento aguardamos uma data para à celebração com Alvalade, destacando a conquista de mais três dias de férias.

Noutras realidades, tiveram já lugar reuniões com as Juntas de Freguesia de São Vicente, Avenidas Novas e Misericórdia. Tendo a proposta de ACEP do Sindicato sido enviada a todas as Juntas, desenvolvemos neste momento esforços para que as negociações avancem.

Problemas que urge solucionar...

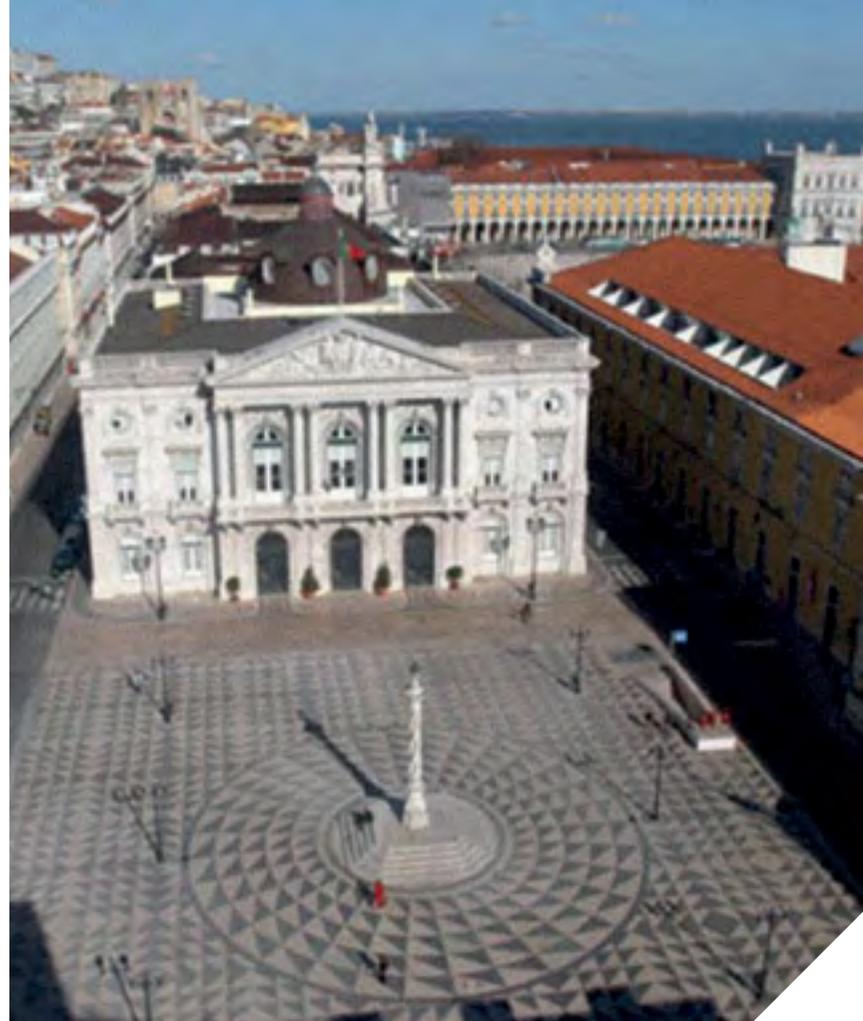
Um dos problemas transversal a um grande número de freguesias, é o desenvolvimento do processo de avaliação (SIADAP), tanto do biénio 2017/18, que já deveria estar concluído, como o do biénio 2019/20, que deveria ter sido iniciado. Todos consideramos que o SIADAP deve ser revogado, face ao ser carácter subjectivo, aos constrangimentos e injustiças provocados pelas quotas, associado ainda a todos os malefícios que a sua aplicação tem na valorização e progressão nas carreiras. No entanto, actualmente, há um elevado número de trabalhadores que dependem dos pontos provenientes da avaliação do biénio 2017/18, para progredirem e assim, obterem a devida valorização salarial.

Pelo que sabemos, ainda nenhuma junta atribuiu os pontos do ciclo avaliativo correspondente a 2017/2018, não tendo por isso procedido à respectiva actualização salarial. Nas reuniões que o STML tem realizado com os Executivos, temos alertado para a necessidade da conclusão dos processos e para a respectiva actualização dos salários (aos trabalhadores que somem, pelo menos, 10 pontos). Sublinha-se que a progressão terá sempre efeitos retroactivos a Janeiro de 2019. Nesta temática, importa referir o abaixo-assinado subscrito por um número considerável de trabalhadores do Lumiar, onde se exige ao Executivo, respostas céleres aos pedidos de esclarecimento e contestações no âmbito da aplicação do respectivo SIADAP.

Num outro plano, têm sido recepcionadas no STML inúmeras reclamações sobre a não afixação em várias Juntas dos mapas de férias para 2019. Convém lembrar que é obrigação da entidade empregadora, após a marcação de férias individual feita pelos trabalhadores, afixar o mapa de férias autorizadas até 30 de Abril de cada ano. Os trabalhadores têm compromissos familiares e económicos que o empregador deve e tem que respeitar. Nos casos mais gritantes, o STML equaciona apresentar uma queixa à ACT, entre outros organismos do Estado que fiscalizam este tipo de matérias.

Por último, valorizamos o facto de muitos trabalhadores da Limpeza Urbana, transferidos da CML para as Juntas de Freguesia em 2014, já terem recebido o valor relativo ao suplemento nocturno em período de férias (devido pelo ano de 2013). Neste momento, faltam receber os trabalhadores que prestavam, pelo menos, uma hora diária em período nocturno. Um atraso com origem numa falha detectada pelo STML, e que tem motivado contactos vários com os Recursos Humanos da CML para acelerar a resolução deste problema e o pagamento dos valores devidos, que deverá acontecer no fim do mês de Maio. Paralelamente, o Sindicato tem exigido aos Executivos de junta, que têm trabalho nocturno, que paguem este suplemento no período de férias.

Continuaremos a acompanhar os diversos problemas que afectam os trabalhadores das freguesias, nomeadamente os relacionados com as condições de saúde e segurança no trabalho, a nível de instalações e EPI's. A resolução destes e outros problemas, será sempre mais eficaz, em função da capacidade de união e mobilização dos respectivos trabalhadores.



No horizonte imediato, a celebração de um novo ACEP com a Junta de Freguesia de Alvalade

Em Novembro de 2018, o STML solicitou ao Executivo da Junta de Alvalade a abertura do processo de renegociação do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP). O objectivo passou por melhorar os conteúdos do acordo em vigor, repondo e alcançando mais direitos para os trabalhadores.

Da parte do Sindicato, entre outras propostas, destacam-se as seguintes:

- Atribuição de três dias de férias via avaliação positiva (SIADAP);
- Descanso compensatório pelo trabalho realizado em feriado;
- Alargamento dos dias de nojo aos familiares de 3.º grau;
- Atribuição do dia de aniversário e da tolerância de Carnaval.

Após várias reuniões de negociação [a 26 de Novembro e 21 de Dezembro de 2018, a 11 de Janeiro e 28 de Março de 2019], foi possível finalmente alcançar o consenso em relação a algumas das matérias-chave avançadas pelo STML.

Neste sentido, o novo ACEP que irá ser celebrado com o Executivo, esperando que seja ainda durante o mês de Maio, prevê a atribuição de três (3) dias de férias a todos os trabalhadores com avaliação positiva (adequado, relevante ou excelente), institucionalização da tolerância no dia de Carnaval e no dia 24 de Dezembro, além da atribuição de um (1) dia de luto, no caso do óbito de parentes em linha colateral de 3.º grau (tio/a, sobrinho/a).

Sublinhamos a reposição dos três dias férias, usurpados na anterior legislatura (pelo Governo PSD/CDS-PP), enquanto medida mais positiva. Porém, o STML, integrado na Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), não deixará de exigir ao actual Governo (PS/António Costa) a consagração em lei dos 25 dias de férias para todos os trabalhadores do Estado. Trata-se de uma questão de elementar justiça da qual não abdicamos!

O STML continuará a intervir, com a força e a confiança dos trabalhadores da Junta de Alvalade que no Sindicato depositaram a sua confiança, tendo sempre como propósito imediato, a defesa dos seus direitos, interesses e expectativas.

Perseguindo a celebração de um novo ACEP com a CML...

Por iniciativa do STML, foi aberto campo à renegociação de um novo Acordo Colectivo de Empregado Público (ACEP) com a CML. A primeira reunião data de 6 de Dezembro do ano passado, tendo-se realizado uma segunda a 13 de Abril. Na primeira reunião o Vereador responsável pelos Recursos Humanos, actualmente Vice-Presidente da autarquia, ficou de apresentar as reivindicações apresentadas pelo STML ao restante Executivo. Na segunda, apesar da evolução positiva da CML, estamos ainda aquém das posições defendidas pelo Sindicato. Veremos o que nos aguarda a próxima ronda de negociações.

Relembramos que o ACEP é o instrumento de negociação colectiva para os trabalhadores da Administração Pública, em que as matérias que são possíveis negociar são relativas à organização do tempo de trabalho, formação profissional e saúde e segurança no trabalho.

O STML tem como objectivo nesta renegociação, repor alguns dos direitos usurpados pelo anterior governo do PSD/CDS. Procura-se também, importar novos direitos. A título de exemplo, a reposição de mais três dias de férias, entre outros. Com confiança avançamos neste processo, na expectativa que a CML saiba igualmente valorizar os seus trabalhadores.

STML defende os trabalhadores dos Espaços Verdes e Cemitérios



A 8 de Abril, o STML reuniu com a Direcção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia (DMAEVCE). Em síntese, foram abordados os seguintes assuntos.

Reforço de Pessoal

- Apesar de aprovado há mais de 21 meses, o concurso de jardineiro continua por abrir. Equacionado para a ocupação de 8 vagas no actual mapa de pessoal (com reserva de recrutamento), claramente insuficiente face às carências identificadas. Sublinha-se o “relatório” realizado pelos serviços da DMAEVCE, enviado à Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), onde se apontam necessidades na ordem dos 70 trabalhadores em várias carreiras e áreas de intervenção.
- Referem os crescentes desafios a que estão sujeitos (número insuficiente de jardineiros face ao aumento progressivo do trabalho), nomeadamente em torno dos processos de “rescisões de serviços”. O não cumprimento pelas empresas contractualizadas para a gestão e manutenção de espaços verdes, prática nefasta assumida por este Executivo, com a qual o STML nunca concordou, faz com que os jardineiros municipais fiquem obrigados a ‘tapar os buracos’ criados pela irresponsabilidade privada.

EPI e Fardamentos

- Os processos burocráticos da aquisição, recepção e manutenção/substituição, quer de equipamentos de protecção individuais, quer de fardamentos, têm sido morosos, afirmando o estudo de novos procedimentos.
- Prevê-se o início do processo de aquisição de fardamentos para os trabalhadores que desempenham a função de “guardas”.
- Processo idêntico para a aquisição de botas, tendo avançado com a solução provisória de fornecer palmilhas, diminuindo o desconforto sentido pelos trabalhadores.

Mobilidades Intercategorias

- Afirmam que os processos de mobilidade, concretamente para

encarregados de um conjunto de trabalhadores que há largos anos desempenham a função, apesar de não serem reconhecidos como tal, têm sido enviados para a DMRH e aí têm estado...à espera.

Instalações e Condições de Trabalho

- Há muito que o STML tem alertado para a importância em criar condições de trabalho dignas e de acordo com as necessidades conhecidas. Em vários locais de trabalho, como no Cerco da Graça, Quinta da Paz, Quinta das Conchas ou na Tapada das Necessidades, estão a ser estudadas soluções aos problemas apontados, como a falta de sanitários. Referem o mês de Setembro para a sua resolução.
- No Cerco da Graça, avalia a Policia Municipal, serem os respectivos agentes a realizar o trabalho assumido até agora pelos “guardas” dos espaços verdes.
- Afirmam que o processo da passagem de equipas técnicas para as instalações operacionais, está dependente da melhoria dos espaços físicos (até agora por realizar).
- Em conjunto com a DSHS, elaboraram um “relatório” com a identificação das intervenções prioritárias a realizar nas 14 instalações. Os custos implícitos poderão ser um obstáculo à resolução de todos os problemas.
- As obras na Quinta da Pimenteira deverão estar concluídas em Agosto-Setembro.
- Em fase de adjudicação, está o processo de retirada do fibrocimento nos locais de trabalho que o STML identificou e fez conhecer através da entrega do Caderno Reivindicativo (em Janeiro de 2018).

Ferramentas, Meios Mecânicos e Viaturas

- Têm envolvido os encarregados nos processos de aquisição, procurando conjugar o conhecimento de quem utiliza os meios a adquirir, com a qualidade e eficiência desejada.
- Admitem o envelhecimento acelerado da frota que serve a DMAEVCE. Apontam a incapacidade do DRMM/DGF em responder às suas solicitações.



A 11 de Abril, o STML voltou a reunir com a DMAEVCE. O objectivo desta reunião, passou por debater e encontrar soluções para os problemas que afectam os trabalhadores dos cemitérios. Em síntese, foram abordados os seguintes assuntos.

Instalações e Condições de Trabalho

Cemitério de Benfica: refere-se que o projecto para a “casa do pessoal” foi concluído e encontra-se na Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC, ex-DMPO), aguardando-se o lançamento do concurso público para a sua concretização. Em relação ao edifício principal, prevê-se a sua demolição e construção de um novo, a iniciar talvez em 2020. Equaciona-se neste espaço, alicerçar uma nova zona de lazer que servirá também de copa seca. O actual espaço que tem servido de local de refeições, manter-se-á em funcionamento. Refere a Divisão de Gestão Cemiterial (DGC) que foi concluída a renovação da rede eléctrica, aguardando-se neste momento a certificação da EDP que possibilitará a sua operacionalização plena.

Cemitério do Alto de São João: em relação à “casa do pessoal”, o projecto encontra-se desde Março na DMMC, prevendo-se a sua execução ainda este ano. Por outro lado, está-se a ultimar o projecto da “sala de abertura de chumbos”.

Cemitério dos Prazeres: o projecto de obra (edifício principal) encontra-se atrasado, não se apontando prazos para a sua conclusão. Em relação ao edifício administrativo, estimam em Maio enviar para a DMMC o respectivo projecto, ao qual se seguirá o respectivo concurso público.

Cemitério da Ajuda: o projecto de obra já se encontra na DMMC. Referem a introdução de uma cadeia eléctrica no principal acesso ao cemitério, além da correção dos problemas a nível de esgotos/saneamento.

Cemitério dos Olivais: o processo burocrático com vista à conclusão do projecto de intervenção encontra-se atrasado.

Cemitério do Lumiar: equacionam-se intervenções na secretaria, balneários e refeitório. O processo encontra-se atrasado, prevendo-se o seu início para 2020.

Cemitério de Carnide: já foi aprovada em reunião de câmara a verba para a construção do edifício ecuménico, prevendo-se o início do concurso público. Prevêem instalar um forno crematório novo. Em avaliação, encontra-se a instalação de um novo

sistema de climatização no edifício administrativo (a cargo do DIEM). Sobre o funcionamento do refeitório, além da criação da zona de bar, aguardam autorização do DMRH/NAGRE. Nos balneários, avaliam a contratação externa para a retirada e realocação do actual depósito de água.

Reforço de Pessoal

Face às carências identificadas em todas as carreiras e profissões, referem já ter informado a DMRH sobre a urgência em abrir concursos públicos. Faltam 21 coveiros, 9 encarregados e 4 administrativos por cemitério. Há carências a nível de técnicos e técnicos superiores. O actual cenário poderá agravar-se face aos pedidos de aposentação.

EPI e Fardamentos

Refere-se a contratação externa para a lavagem dos equipamentos de protecção individual (EPI).

Preparam neste momento, em conjunto com o DSHS, um novo procedimento para a aquisição dos vários itens que compõem o EPI. Equacionam igualmente, adquirir polos, de verão e de inverno.

Apontam para inícios de 2020 a recepção e posterior distribuição destes materiais.

Formação Profissional

Desenvolvem-se neste momento, ações de formação dirigidas pelo RSB, junto do pessoal afetos aos fornos.

Irão repetir a “formação integrada”, sublinhando a transmissão de conhecimentos à operacionalização das máquinas de pequeno porte. Também se no plano da utilização dos meios mecânicos adquiridos recentemente.

Ferramentas e Meios Mecânicos

Assumem o problema com os elevadores de urnas, na sua correcta utilização e manutenção.

Identificada a empresa que assumiu a construção de um protótipo, cujo objectivo passa por retirar as urnas que se encontram nos jazigos.

O STML continuará a acompanhar os problemas que afectam os trabalhadores dos cemitérios, reconhecendo o muito que ainda falta por fazer na melhoria das suas condições de trabalho. Importa igualmente responsabilizar o Executivo Municipal, pelo arrastar incompreensível de inúmeros processos, como os que envolvem o investimento público (contratação de pessoal, aquisição de materiais e equipamentos mecânicos, intervenções e obras para melhorar condições de trabalho).



A luta saiu à rua em Março e em Abril

A luta por mais dignidade no trabalho, menos precaridade e melhores condições de trabalho saiu à rua mais uma vez em duas grandes manifestações promovidas e apoiadas pela CGTP-IN, em que o STML, como grande sindicato autárquico que é preocupado com a defesa dos trabalhadores e das causas acima referenciadas, disse presente e foi figura activa na defesa intransigente de mais igualdade e segurança no trabalho.

Os milhares de trabalhadores que se associaram a estas iniciativas, foram claros no repúdio de legislação gravosa, que mais não faz que tornar o trabalho sem regras e os trabalhadores “pau para toda a obra”. O que os trabalhadores disseram bem alto duas vezes mais, é que BASTA!

A primeira iniciativa, a **20 de Março**, uniu o STML e STAL numa concentração nacional de trabalhadores das autarquias em prol de uma velha reivindicação exigindo a regulamentação e actualização do suplemento de risco, insalubridade e penosidade (RIP). Uma decisão que sucessivos governos, teimosa e desrespeitosamente têm-se oposto.

Também nesta legislatura, apesar de existirem propostas apresentadas em sede da Assembleia da República (AR) pelo PCP, BE e PEV e existindo uma correlação de forças favorável, uma vez mais a coligação PS, PSD e CDS negaram a justa pretensão dos trabalhadores, opondo-se a que, de uma vez por todas, se fizesse justiça e se acabasse com a desigualdade entre trabalhadores, que fazendo as mesmas funções são tratados de maneira diferente, como acontece em várias Juntas de Freguesia de Lisboa.

Uma petição contendo mais de 15.500 assinaturas, foi entregue pelo STML e STAL, solicitando um novo debate sobre esta matéria na AR, cientes que a sinistralidade e as consequências para a saúde, integridade física e esperança de vida dos trabalhadores, de muitas actividades por eles desenvolvidas em benefício da comunidade, tal o determina e, em justiça o aconselha.

A segunda grande iniciativa da CGTP teve lugar a **11 de Abril**, com um slogan bem expressivo de “NÃO AO RETROCESSO SOCIAL – LUTAR PARA AVANÇAR NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES!”. Uma luta em que todos os sectores de actividade, do privado e do público, estão envolvidos na melhoria das condições de vida e de trabalho, por justiça na distribuição da riqueza, pela valorização das profissões. Também na defesa das carreiras e estatutos profissionais, pelo aumento dos salários e rendimentos, pelo emprego seguro e com direitos, na construção de um Portugal com futuro para todos.

A proposta de lei que o Governo PS viu aprovada na AR, com o apoio do PSD, do CDS e do PAN, na sequência do acordo celebrado entre governo, patrões e UGT na concertação social, acentua a injustiça, ajuda a insegurança no emprego, tenta perpetuar a precaridade, desregula os horários de trabalho, ataca a contratação colectiva, cortando direitos e rendimentos, empobrece o país, a qualidade de vida dos trabalhadores e de todos os portugueses quer no presente quer no futuro.



1º de Maio Dia Internacional do Trabalhador

Quarenta e cinco anos depois do primeiro “1º de Maio” realizado em liberdade, tivemos este ano milhares de trabalhadores que participaram nas várias iniciativas da CGTP-IN realizadas de sul a norte do país. Em Lisboa, o Dia Internacional do Trabalhador, reuniu do Martim Moniz à Alameda um exército de homens e mulheres, jovens e menos jovens, que gritaram bem alto as suas reivindicações. Os trabalhadores do município de Lisboa, integrados no seu sindicato, também se fizeram ver e ouvir!

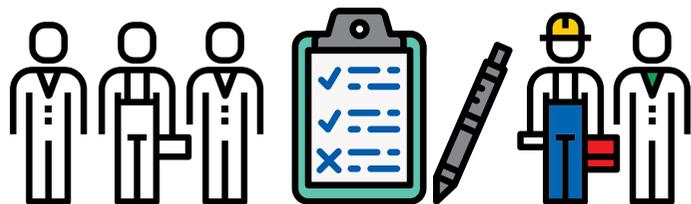
Na Alameda, o espaço de ‘comes e bebes’ do STML, concorrido como habitual, serviu para os encontros, abraços, palavras amigas e solidárias. O 1º de Maio, além de um dia de luta, é também um dia de festa!

Relembramos neste dia, os problemas com que se defrontam os trabalhadores, sejam da câmara, juntas ou empresas municipais. Muitos têm-se agravado pela inércia ou cumplicidade activa daqueles que em época de eleições, afirmam sempre “estar ao lado dos trabalhadores” ... sendo a prática o critério da verdade, é

fácil identificar os paladinos da retórica inconsequente. Falamos de presidentes de junta, vereadores ou membros de conselho de administração que, de alguma forma têm contribuído para a erosão das condições de vida dos trabalhadores.

Num dos “1º de Maio” mais participados de sempre”, a CGTP-IN apresentou 5 eixos centrais reivindicativos para colocar o País no rumo do progresso e justiça social, nomeadamente:

- Avançar com o aumento geral dos salários dos trabalhadores, a valorização das profissões e a fixação do salário mínimo nacional nos 850€;
- Avançar com a revogação das normas gravosas da legislação do trabalho;
- Avançar no combate à precariedade;
- Avançar para as 35 horas de horário de trabalho semanal;
- Avançar no reforço do investimento nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado e na valorização dos trabalhadores da Administração Pública.



Concluído o PrevPap na CML

A 9 de Maio foi finalmente aprovado em reunião de câmara os vários concursos (30) limitados e direccionados exclusivamente para os trabalhadores com vínculos precários considerados positivamente a integrar o mapa de pessoal.

Dos 218 requerimentos analisados na Comissão de Avaliação Bipartida (CAB), 163 foram votados favoravelmente pelos elementos da comissão – por unanimidade ou maioria. Elementos definidos por 6 da CML, 1 do STML, 1 do STAL, 1 do SINTAP, 1 do STE e 1 do SNBP.

Para os 163 trabalhadores foram criados 147 postos de trabalho. A diferença justifica-se pelos tempos parciais (principalmente na área do desporto) com vários trabalhadores (que estavam a meio-tempo) a disputar a mesma vaga.

Em suma, 74,8% dos processos foram analisados de forma positiva, sinónimo do reconhecimento de um número considerável de trabalhadores com vínculo precário a ocupar postos de trabalho de carácter permanente.

À margem dos 'números e percentagens', dois aspectos interessa sublinhar. O primeiro prende-se com o tempo consumido neste processo. É pertinente lembrar que no verão de 2017, a CML identificou o universo-base dos trabalhadores com vínculo precário, antecipando em quase meio ano a decisão e orientação do Governo para a regulamentação dos vínculos precários na administração local. A legislação saiu à luz do dia no fim de Dezembro de 2017. Apenas no início do verão de 2018 se iniciam os trabalhos da respectiva Comissão. Só agora, em Maio de 2019, foram aprovados os concursos e deduz-se que ainda teremos um ou dois meses até os trabalhadores integrarem formal e definitivamente o mapa de pessoal da CML, através da celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Dois anos, portanto, demorou (pelo menos) um processo que os responsáveis municipais sempre afirmaram querer ser ágil, célere e eficaz...no combate à precariedade.

É nesta (in)coerência que reside o segundo ponto. Concretamente a que conduz, por um lado, a CML afirmar "o combate à precariedade como uma urgência dos tempos actuais" e, por outro, alimentar este mesmo problema, através da contratação dos candidatos aos vários concursos públicos que neste momento decorrem (de cantoneiro, arquiteto e condutores de máquinas pesadas e veículos especiais), mas enquanto prestadores de serviços, isto é, a recibos-verdes. Trabalhadores que têm sido e serão "pau para toda a obra", enxovalhados nos seus direitos e na sua dignidade, pelo menos durante o período que medeia até à conclusão do concurso ao qual se candidataram respectivamente.

O Sindicato criticou e critica duramente a opção do Executivo PS/BE que, em teoria defendem à boca-cheia uma coisa e, na prática, fazem outra. Os trabalhadores irão saber pela experiência do dia-a-dia quem os defende e quem os desvaloriza. Com o STML poderão sempre contar!

Dos males que grassam nas oficinas do DRMM...

A 15 de Outubro foi entregue ao Executivo o Caderno Reivindicativo (CR) dos trabalhadores das oficinas mecânicas e armazém do DRMM. Nesse documento estão inscritas várias reivindicações, que vão desde a admissão de pessoal e regularização dos trabalhadores com vínculos precários, à formação profissional, aquisição de fardamentos.

Também se apontam matérias sobre condições de saúde e segurança, que passam pela realização de várias intervenções neste local de trabalho. O conjunto de intervenções consideradas prementes, foram transmitidas e discutidas com os dirigentes do sector em várias reuniões, concretamente a 28 de Janeiro e a 7 de Maio deste ano. Contudo, até agora, nenhum problema foi resolvido na prática.

Em abono da Direcção Municipal (DMHU) e Departamento (DRMM), está o facto de muitas das intervenções exigidas, não dependerem directamente de si. Porém, para os trabalhadores, torna-se incompreensível, como questões aparentemente simples, não foram ainda solucionadas.

Pessoal...

No que diz respeito aos concursos de admissão, aprovados em Junho de 2017, torna-se inadmissível que ainda não tenham sido sequer abertos. Trata-se de uma questão fundamental para o futuro deste sector, tendo em conta a média de idades dos actuais trabalhadores. O conhecimento acumulado, só pode ser valorizado com a sua transmissão aos mais novos. Interligando com a aposentação de muitos trabalhadores, também não se compreende como não foram ainda preenchidas as vagas disponíveis para Encarregados Gerais e Operacionais.

Saúde e segurança no trabalho

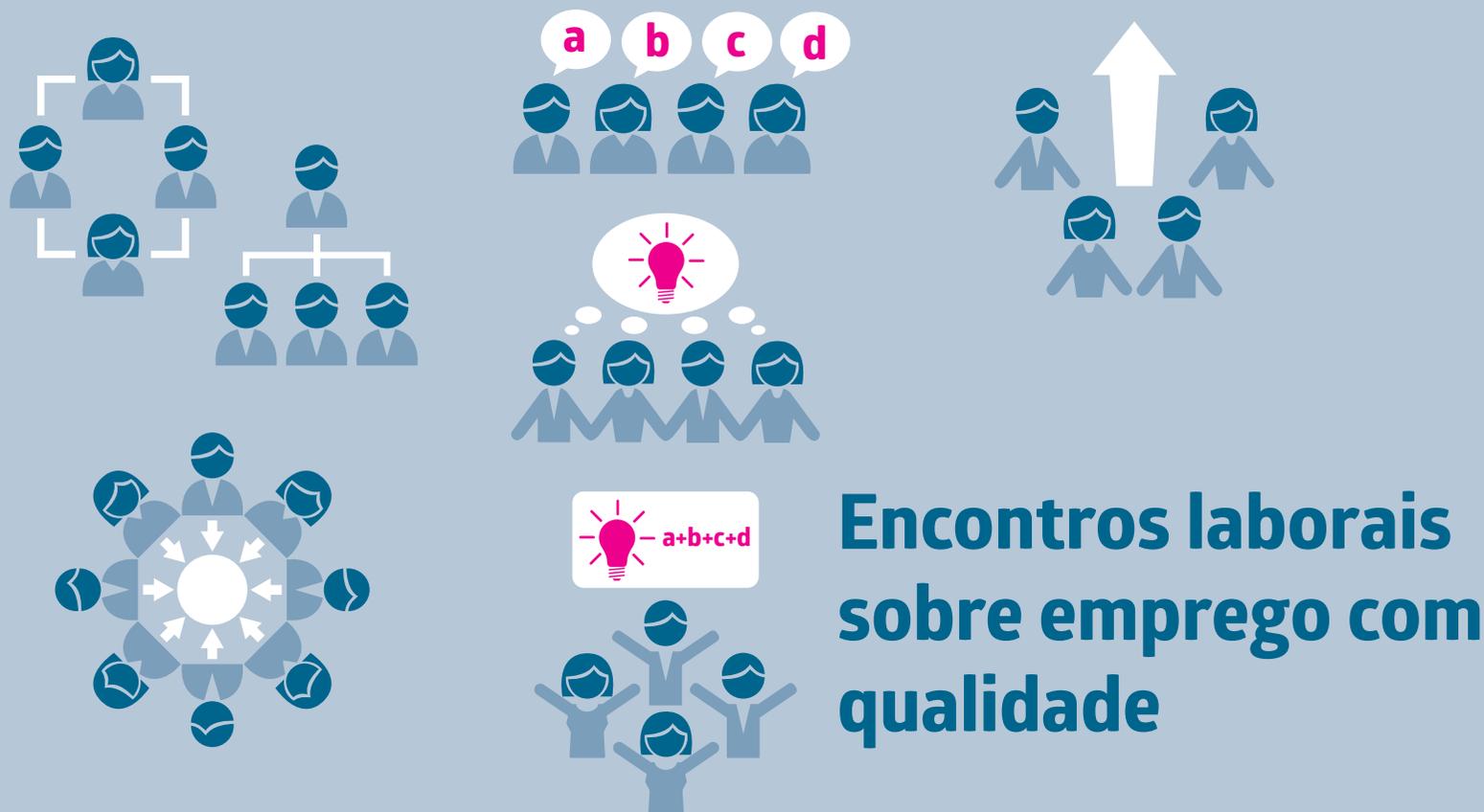
A falta de manutenção das instalações afecta diariamente a prestação dos trabalhadores. Põe em causa a sua saúde e segurança. Referimo-nos, por exemplo, ao funcionamento (?) do sistema de renovação de ar, sem manutenção, nem limpeza de filtros. A substituição da iluminação (insuficiente) da oficina. A reparação do piso e das grelhas de protecção (que se encontram soltas) do sistema de drenagem de líquidos, que podem provocar acidentes graves com a passagem das viaturas. A pintura (interrompida) da oficina. As condições da canalização do balneário. As condições do armazém recentemente remodelado. A falta de qualidade da limpeza, a cargo de uma empresa privada.

Outros assuntos

O posto da Medicina do Trabalho existente no Complexo dos Olivais, cuja implementação o STML saudou porque se tratou de uma antiga reivindicação, funciona aquém do que é exigível por falta de pessoal.

Pelos motivos aqui expostos, face à incapacidade da CML em prover respostas sérias e céleres, os trabalhadores das oficinas do DRMM decidiram marcar uma concentração na Praça do Município para 29 de Maio. Exige-se o investimento necessário à urgente resolução dos problemas que põem em causa o funcionamento deste sector.

(Nota: no momento em que escrevemos este artigo, tivemos conhecimento que se vão realizar obras na canalização do balneário e em parte do piso da oficina.)



Encontros laborais sobre emprego com qualidade

O STML continua a promover encontros-debate com o objectivo de garantir um emprego de qualidade a todos os trabalhadores da câmara municipal, juntas de freguesia e empresas municipais.

Na terceira ronda destes 'encontros temáticos', optámos por abordar junto dos trabalhadores, a "Avaliação e Assédio nos Locais de Trabalho". Mais uma vez ficou patente a insatisfação geral dos trabalhadores quanto à sua valorização, motivação e realização profissionais.

O STML defende que toda a actividade sindical deve ter por base a audição e o dar voz aos trabalhadores. Nos encontros em questão, por promoverem o debate, os trabalhadores contestaram alto e bom som a retirada, diária e sistematicamente, da dignidade no trabalho.

Os trabalhadores sabem quem são os responsáveis: aqueles que governam a cidade e o País e que, na sua prática quotidiana, continuam a desvalorizar os profissionais, a aumentar a precariedade laboral, a seguir uma política de baixos salários e o seu congelamento.

Os encontros, realizados em Abril e Maio, abrangeram os trabalhadores da Biblioteca de Marvila, do Arquivo Municipal, da Protecção Civil, em Monsanto, do Edifício Bela Flôr, do Palácio do Machadinho, do Edifício da Rua Alexandre Herculano, da sede da Junta de Freguesia do Lumiar e da sede e dos gabinetes de bairro da Gebalis.

Os participantes nos debates demonstraram preocupação com questões como o SIADAP, a aposentação, a progressão nas carreiras, as alterações às carreiras de fiscalização e a inexistência de formação profissional.

O STML vai continuar a promover este tipo de encontros. Só com os trabalhadores unidos, estaremos em condições de exigir, junto dos responsáveis políticos, a resolução dos seus problemas e respostas às suas preocupações laborais.

Biblioteca de Marvila

As principais preocupações dos trabalhadores passam pelo reforço de pessoal e por aspectos relacionados com o trabalho nocturno.

Arquivo Municipal

A mudança de instalações é a principal preocupação, pois não estão garantidas as devidas condições para os profissionais, nem para o importante espólio histórico.

Protecção Civil, em Monsanto

A maior preocupação dos trabalhadores tem a ver com um vasto conjunto de problemas ao nível da saúde e segurança no local de trabalho.

Edifício Bela Flôr

A existência de baratas nas máquinas de café e a ausência de um local adequado para as refeições, são os problemas denunciados pelos trabalhadores. Os fiscais pedem ainda a possibilidade de passarem a adquirir o passe metropolitano, continuando a receber por parte da CML o valor correspondente ao passe municipal.

Palácio do Machadinho

A principal preocupação dos funcionários, é que não estão ainda garantidas as condições de trabalho para onde irão ser transferidos.

Junta de Freguesia do Lumiar – Sede

Um dos problemas mais referido, passa pelo atraso do processo de avaliação – SIADAP, nomeadamente em termos de contestação ou pedidos de esclarecimento. Face a esta situação, os trabalhadores, em conjunto com o STML, decidiram avançar com um abaixo-assinado, já entregue ao Presidente da Junta.

Gebalis

Deficiente limpeza das instalações, instalações sanitárias insuficientes, inexistência de plano de formação e de sistema de avaliação, falta de recursos humanos e de segurança no terreno, são apenas algumas das preocupações observadas pelos trabalhadores.



A aplicação do SIADAP nas Juntas de Freguesia

O SIADAP é sem qualquer sombra de dúvidas, uma das maiores, senão mesmo a maior, aberração, com que os funcionários públicos são confrontados. Expurgados de aumentos nos salários, de condições de trabalho condignas, de uma carreira que valorize o saber fazer e a experiência acumulada, restava-nos a pequena esperança de, pelo menos, o que fazemos e as dificuldades que diariamente enfrentamos, pudessem ser evidenciados na avaliação de desempenho do trabalho que prestamos. Ou seja, com uma classificação que espelhasse aquilo que na realidade merecemos, não sujeito a todas as arbitrariedades que o sistema comporta, que nos anula e desrespeita enquanto pessoas e a dignidade a que temos direito.

O SIADAP, suficientemente mau por tudo o que tem de pernicioso e abjecto, é ainda agravado pelo que cada entidade/unidade orgânica/avaliador resolve aplicar, sejam: os critérios, os objectivos, a filosofia, os interesses, a sua organização, etc. É este também, infelizmente, o caso das Juntas de Freguesia em que cada uma é um caso diferente, para já não falar de casos diferentes no seio de cada uma delas.

As dificuldades relatadas pelos seus trabalhadores na “simples” obtenção da sua avaliação e conjugação com a de ciclos avaliativos anteriores são, em alguns casos, um verdadeiro “calvário”! O pior, é que tal facto gera descrédibilização, desmoralização e atrasos na concretização da expectativa célere da progressão, que o descongelamento permitido pela Lei do Orçamento do Estado de 2018, alimentou.

Como se a situação descrita não fosse suficiente má, muitos trabalhadores que transitaram da CML para as juntas de freguesia,

para além dos atrasos nas próprias Juntas, viram-se confrontados com situações de falta de informação nos seus processos individuais, relativas às pontuações por si obtidas referentes aos anos trabalhados na CML. Diga-se em abono da verdade, que quase todos os trabalhadores da CML puderam constatar ao longo de 2018, os atrasos da atribuição dos pontos correspondentes às suas avaliações anteriores, porque, em boa parte dos casos, todo o processo avaliativo de ciclos precedentes, estava parado e não tinha sido concluído ou, pura e simplesmente, não existia.

Como se pôde verificar na CML, a falta de pessoal nos recursos humanos afectos ao SIADAP, apesar do esforço e abnegação de todos os trabalhadores, foi o que conhecemos, imaginemos o que não foi nas Juntas de Freguesia, sendo que em algumas delas, a situação foi agravada pela mudança de executivos e sua orgânica, decorrentes das eleições de Outubro de 2017.

O STML, juntamente com outros Sindicatos da Função Pública, continuará e exigirá a substituição do SIADAP, por um processo avaliativo justo, transparente, que promova a equidade entre trabalhadores, a sua cooperação multidisciplinar e funcional, em prol de uma melhor qualidade na administração pública e no pleno respeito da dignidade dos seus trabalhadores.

Continuaremos esta luta de esclarecimento e defesa dos trabalhadores em todas as Juntas de Freguesia, até porque, em primeira instância, são elas e os seus trabalhadores, quem se encontram mais próximos dos cidadãos e, em muitos casos, a quem cada um deles recorre mais precocemente.



25 de Abril

Desta vez foi a 13 de Abril, em Évora, que decorreu a jornada da Inter-Reformados de Lisboa de Comemoração do 45º Aniversário da Revolução de Abril, com a participação de duas dezenas de reformados do nosso sindicato que cumpriram um programa intenso e variado. Iniciou-se com sessão no auditório da DGEstE, subordinada ao tema “Com a Revolução de Abril sempre, sem esquecer o passado, lutar por um futuro com mais justiça social”.

Intervieram membros da mesa e da assistência, com destaque para o convidado José Brinquete que, na sua qualidade de militar da Armada no 25 de Abril, fez uma alocução evocativa desses tempos de rotura, entusiasmo e esperança, recheada de testemunhos de quem viveu por dentro os desenvolvimentos e contradições desse processo transformador. O representante da IRLisboa apresentou uma saudação a todos os presentes, terminando com um alerta sobre importância de mobilizar a população reformada para o exercício de um direito essencial que Abril nos trouxe: “Estando nós num ano com duas eleições importantes, recordamos que é também pelo voto que se percorrem os caminhos do futuro. Tudo faremos para mobilizar e esclarecer os trabalhadores reformados do Distrito de Lisboa, de modo a que a sua decisão de voto passe por um reconhecimento claro das forças políticas que, dentro e fora do país, defendem coerentemente os seus direitos.”

Seguiu-se um almoço-convívio com animação musical e, da parte da tarde, uma visita à cidade e ao Cromeleque dos Almendres.

1º de Maio

Milhares de trabalhadores desfilaram do Martim Moniz à Alameda, festejando o dia do Trabalhador. Como sempre, os reformados, que não esquecem o seu passado de trabalho e de luta sindical pelo direito a uma vida melhor, compareceram solidariamente ao lado dos seus companheiros no activo, neste dia de celebração mas também de luta. Apesar da recuperação e alguns avanços conseguidos nos últimos anos, a situação de quem trabalha e trabalhou, continua marcada por graves injustiças e desigualdades: baixos salários e pensões, precariedade, normas laborais favoráveis ao patronato, graves carências nas respostas sociais.

Visita guiada ao Castelo de São Jorge

Na segunda visita de 2019, a 13 de Março, a Comissão de Reformados do STML teve o acompanhamento da arqueóloga Teresa, iniciando-se o percurso pelo Sítio Arqueológico.

Inaugurada após a intervenção da autoria do arquiteto Carrilho da Graça, esta obra granjeou-lhe, em 2010, o prémio “Piranesi Prix de Rome”. Engloba as primeiras ocupações humanas conhecidas (séc. VII a.C.), vestígios da zona residencial da época islâmica e da construção do castelo (meados do séc. XI) e as ruínas da última residência palaciana da antiga alcáçova, destruída pelo terramoto de Lisboa de 1755.

Entre outras curiosidades, chamou-nos a atenção para o que podem ser considerados “graffiti” da época, na muralha do Castelo, bem como um grande mapa de Portugal com os pontos estratégicos minuciosamente desenhados, o que nos dias de hoje interpretaríamos com um documento de espionagem.

Disfrutando da belíssima paisagem, a despedida foi feita no miradouro, com a intenção de em breve voltarmos para apreciar o muito que ainda ficou por ver.



Sobre as recentes eleições em Espanha

Nas últimas eleições legislativas espanholas, realizadas a 28 de Abril, o PSOE de Pedro Sánchez foi o partido mais votado, muito embora distante da maioria absoluta. Sintomático da negação às políticas de direita e às propostas extremistas das forças neofranquistas foi a minoria imposta no parlamento pelo povo espanhol.

Os resultados das eleições legislativas espanholas – por sinal, das mais participadas de sempre, com um nível de abstenção inferior a 25% – expressaram claramente a rejeição do Partido Popular (PP) e dos seus aliados ideológicos (Ciudadanos e Vox). O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) foi a força política mais votada, o que significa que lhe competirá formar governo após ter atingido a marca de 28,7% dos votos obtidos (correspondente a 123 assentos no Congresso, num total de 350 deputados).

Vejam-se, então, os números do escrutínio: o PP, principal derrotado da noite eleitoral, não ultrapassou os 16,7% (66 deputados). A terceira força mais votada foi o Ciudadanos, com 15,9% (57 deputados). Seguiu-se a coligação eleitoral Unidas Podemos (UP) – formada pela Izquierda Unida, Podemos e outras forças – com 14,3% (42 lugares). E, por fim, o assumidamente franquista Vox, que alcançou 10,3% (24 deputados). Os outros partidos a conseguir assento parlamentar atingiram um total 10,1% dos votos, correspondente a 24 deputados, ou seja, os mesmos que a extrema-direita.

Deste escrutínio conclui-se que o povo espanhol expressou nas urnas uma rejeição clara das forças de direita e da extrema-direita que, mesmo aglutinadas, não conseguem alcançar a maioria no parlamento (147 deputados no conjunto de PP, Ciudadanos e Vox). O PSOE de centro-esquerda, embora aumentando a sua votação em relação ao anterior escrutínio, fica bem aquém da maioria absoluta pelo que terão necessariamente de encetar

acordos parlamentares, ou até coligações, para governar (até ao momento de fecho desta edição ainda não se sabe qual a solução que Sánchez proporá para tornar viável a chefia de governo).

Embora vendo reduzida a votação do conjunto das forças que a compõem, a coligação eleitoral Unidas Podemos, promovida pela Izquierda Unida, e que integra o Podemos, o Partido Comunista de Espanha e outras forças políticas progressistas de várias regiões de Espanha, alcançam um resultado que lhe permite pesar na concretização de uma política que corresponda a uma efectiva mudança no rumo daquele que é um dos países mais relevantes da Europa.

Até final de Maio (altura em que se perceberá a “solução governativa” decorrente do ato eleitoral), ficaremos a saber se o povo e os trabalhadores espanhóis terão condições para encetar um caminho que dê uma efectiva resposta aos seus interesses e legítimas aspirações na prossecução de uma sociedade mais livre e mais justa. Num país que terá de lidar com uma corrente de extrema-direita forte (apesar de, sublinhamos, derrotada nas urnas) e tendências independentistas compreensivelmente legítimas, o desafio colocado a Pedro Sánchez e ao PSOE passa por fazer a opção certa, viabilizando uma solução de esquerda para Espanha.

Mais premente se torna este caminho num contexto de eleições para o Parlamento Europeu. Aliás, os sintomas crescentes de imposição das tendências de extrema-direita por toda a Europa só poderão ser travadas com uma real efectivação de soluções políticas de esquerda. O exemplo do Vox, à semelhança de partidos neo-fascistas em França, Itália, Alemanha ou Hungria, poder entrar num governo caso a direita do PP tivesse ganhado o escrutínio seria sempre uma preocupação, não apenas para os espanhóis, mas para todos os povos da Europa. Só pelas políticas de esquerda se conseguirá travar a direita extremista.



Photo by DAVID ILIFF. License: CC-BY-SA 3.0

Não descurar o que se passa no Parlamento Europeu...

A 26 de Maio realizaram-se as eleições para o Parlamento Europeu (PE). No momento em que escrevemos este artigo, estamos ainda longe de conhecer os resultados. Mas algumas ideias devem ser sublinhadas, pela importância em não descurar este acto eleitoral.

Por norma desvalorizadas, as eleições para o PE têm uma importância determinante. Os resultados que daí resultam, quer pelos deputados eleitos, mas também pela composição e convergência das forças político-partidárias representadas, tanto podem influenciar, positiva ou negativamente, as condições de vida, e de trabalho em particular, dos portugueses.

Nos últimos anos, a maioria existente no PE (composta pelas duas grandes famílias político-partidárias, nomeadamente o Partido Popular Europeu, do PSD e CDS-PP, e a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, do PS) tem aprofundado os caminhos da desregulação e flexibilidade laboral. Defendido a privatização de importantes áreas de intervenção pública. Sujeitados os povos do sul, entre os quais Portugal, a uma submissão sem paralelo aos interesses dos países mais desenvolvidos e ricos do norte, dos quais se destaca a Alemanha.

Acresce o facto de serem as mesmas opções políticas, maioritárias no PE como referimos, que têm contribuído e alimentado a deriva à direita e à extrema-direita em inúmeros países.

As políticas de austeridade defendidas pela Comissão Europeia, apoiadas pela dita maioria do PE (onde se incluem PS-PSD-CDS), em muito têm contribuído nesse sentido, sendo a Ucrânia, entre outros exemplos, um caso paradigmático.

São os mesmos partidos cujos deputados, no seu país ou no PE, defendem de forma expressa, disfarçada ou por simples inércia, valores, ideias e projectos saudosistas, como os que sustentaram e contribuíram para a matança que tipificou a 2ª Guerra Mundial (com mais de 75 milhões de vítimas, entre civis e militares). Referimo-nos ao nazi-fascismo que sob uma falsa aparência e retórica democráticas, tem emergindo como séria ameaça ao futuro dos povos da Europa. Dia 26 de Maio, o voto consequente foi também contra este retrocesso. Inconcebível e intolerável.

Votar e votar em consciência será sempre uma obrigação que cabe a todos os trabalhadores portugueses. Votar em nome dos nossos direitos e interesses. Votar por um futuro com estabilidade, qualidade e dignidade. Votar em nome da independência e soberania nacionais. Votar por uma Europa de paz, de respeito mútuo, solidariedade e desenvolvimento.



Os efeitos das progressões na Função Pública...

Entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2019, a Remuneração Base Média Mensal (RBMM) aumentou apenas 1,2%. Para muitas categorias profissionais, a variação da remuneração média até foi negativa

A Direcção Geral do Emprego e Administração Pública (DGAEP), acabou de divulgar as remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) referentes a Janeiro de 2019. A conclusão que se tira desses dados, é que os efeitos das progressões nas carreiras nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública não têm sido aqueles que o Governo e a maioria dos órgãos da comunicação social têm apregoado.

Durante este período (16 meses), a RBMM de todos os trabalhadores das Administrações Públicas (690.079), aumentou apenas 1,2%. O Ganho Médio Mensal (GMM), que inclui todos os subsídios e complementos, subiu apenas 2,1%.

Em muitas categorias profissionais, a remuneração base média e o ganho médio até diminuíram. A política de baixos salários é evidente na Administração Pública. Categorias profissionais com mais trabalhadores, e mal pagas, como é a de Assistentes técnicos, a subida na RBMM foi de 0,7%; o aumento médio mensal dos professores do ensino básico e secundário, tanto criticados, foi apenas de 1,4%, etc. E tudo isto já inclui os efeitos das progressões nas carreiras.

Entre 2011 e Setembro de 2015, com o governo do PSD/CDS e com a “troika”, assistiu-se a uma enorme destruição das Administrações Públicas, essenciais aos bem-estar dos portugueses e ao desenvolvimento do país. O número de trabalhadores diminuiu em 78.328 com consequências graves no fornecimento de serviços essenciais à população (SNS, Segurança Social, educação, justiça, segurança pública, etc.).

Algumas categorias profissionais, sofreram uma forte redução: assistentes técnicos (-12.906); assistentes operacionais (-21.527); professores do ensino básico e secundário (-26.295)

Entre 2015 e 2019, com o governo PS, verificou-se um aumento dos trabalhadores da Função Pública (+40.622), mas ainda manifestamente insuficiente para recuperar a Administração Pública da enorme destruição imposta pelo governo PSD/CDS. Muitos serviços continuam com uma imensa falta de trabalhadores, daí as enormes carências que enfrentam, por exemplo, o SNS, a Segurança Social, a Educação, entre outros, no fornecimento de serviços essenciais aos portugueses. Mário Centeno e António Costa, obcecados pelo défice ZERO e para agradar Bruxelas, têm impedido a recuperação da Administração Pública e, claro está, do país.

Eugénio Rosa, Economista



Piquenique Anual do STML para celebrar a amizade, a confiança e a solidariedade

A 29 de Junho realiza-se o já tradicional piquenique anual do Sindicato, dirigido aos associados e seus familiares. O local escolhido, caso não exista qualquer tido de imprevisto, será na Praia Fluvial dos Olhos de Água, no concelho de Alcanena. As regras manter-se-ão idênticas aos anos anteriores, quer em termos de transporte, preços e horários. O STML divulgará oportunamente a informação detalhada sobre esta iniciativa. Contudo, estamos confiantes que contaremos com todos os que sustentam e legitimam o mais representativo e importante sindicato do concelho de Lisboa. Há 42 anos a defender os interesses e os direitos dos trabalhadores do município de Lisboa.